

## **SINASE - CNMP Aprova proposta sobre uniformização de atendimento socioeducativo**

### **Criança e Adolescente**

Postado em: 06/02/2015

06/02/2015 - O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), aprovou, por unanimidade, proposta de recomendação que dispõe sobre a uniformização da atuação do Ministério Público no processo de elaboração e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo (Sinase), conforme disposto nas Leis Federais...

Veja também: &bull; Comentários à Lei do Sinase

&bull; Política Socioeducativa

&bull; Recomendação CNMP nº 26/2015

&bull; Notícias relacionadas

&bull; Links referenciais O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), aprovou, por unanimidade, proposta de recomendação que dispõe sobre a uniformização da atuação do Ministério Público no processo de elaboração e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo (Sinase), conforme disposto nas Leis Federais nºs 8.069/1990 e 12.594/2012. A proposta foi apresentada pelo conselheiro Luiz Moreira e relatada pelo conselheiro Esdras Dantas. De acordo com o conselheiro Esdras Dantas, a justificativa da norma se dá no sentido de "articular esforços no âmbito nacional para a elaboração e implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo" e que "o Ministério Público deverá ficar empenhado para que esses Planos sejam elaborados de forma adequada e que tenham diagnóstico da situação do Sinase, diretrizes, objetivos, metas, prioridades, formas de financiamento e formas de gestão das ações de atendimento para os 10 anos seguintes". A referida proposta estabelece, entre outros pontos, que os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal deverão acompanhar a elaboração e a implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, nos termos dos artigos 4º, 5º e 6º da Lei nº 12.594/2012. Leia a íntegra da proposta. Atualização A Recomendação CNMP nº 26/2015, de 28 de janeiro de 2015, entra em vigência a partir de sua publicação - ocorrida em 19/02/2015, conforme DOU nº 33, Seção 1, pág. 53. Esta recomendação, que não alterou o texto da proposta inicial, dispõe sobre a uniformização da atuação do Ministério Público no processo de elaboração e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, conforme disposto nas Leis Federais nºs 8.069/1990 e 12.594/2012. (atualizado em 19/03/2015) [Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público - Portal CNMP - 28/01/2015] Comentários à Lei nº

12.594/2012: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Produzido pelo MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Organização: Dra. Andrea Mismotto Carelli

Informações adicionais: Política Socioeducativa

[Fonte: Biblioteca Virtual - MPMG]

Download: [ opção 1 ] [ opção 2 ]

(formato PDF - tamanho 1,06MB - 121 págs - Belo Horizonte, 2014)

Matérias relacionadas: (links internos)

» OFÍCIO CIRCULAR - Of. nº 063/2015 - Venda de bebidas - Recomendação CNMP (19/03/2015)

- » OFÍCIO CIRCULAR - Of. nº 020/2015 - Proposta de Recomendação CNMP - SINASE (06/02/2015)
- » Publicações: SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
- » Política Socioeducativa
- » SINASE: Elaboração de Planos Municipais Notícias relacionadas: (links internos)
- » (08/12/2014) SINASE - Pesquisa sobre a elaboração dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo
- » (17/10/2014) SINASE - MPPB promove Encontro Estadual Pró-Sinase
- » (11/08/2014) SINASE - Prefeitura de São Luis apresenta Plano Decenal de Medidas Socioeducativas
- » (18/06/2014) VÍDEO - Seminário sobre a implementação do Sinase no município
- » (22/11/2013) SINASE - SDH publica Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo decenal
- » (21/11/2013) SINASE - Gestores devem elaborar planos decenais de execução das medidas socioeducativas Download: (arquivo PDF)
- » Comentários à Lei nº 12.594/2012: SINASE (MPMG)
- » Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo - Paraná (minuta)
- » Proposta de recomendação SINASE (CNMP)
- » Recomendação CNMP nº 26/2015, de 28 de janeiro de 2015 Legislação: (Portal do Planalto)
- » Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990 (ECA)
- » Lei nº 12.594/2012, de 18 de janeiro de 2012 (SINASE) Referências: (links externos)
- » CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público